

■ ENTREVISTA

■ FE/UnB e SEEDF: Conversa dialogada sobre a Educação de Jovens e Adultos e suas interfaces



Msc. Sttela Pimenta Viana - Graduada e mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – FE/UnB, é professora na SEEDF e atua na Gerência de Acompanhamento da Educação de Jovens e Adultos/ Diretoria da Educação de Jovens e Adultos – GEJA/DIEJA/SEEDF;

Msc. Relcytam Lago Caribé - Graduada em Letras, especialista em Aprendizagens, e mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – FE/UnB. Professora da SEEDF e gerente da Gerência de Acompanhamento da Educação de Jovens e Adultos/ Diretoria da Educação de Jovens e Adultos – GEJA/DIEJA/SEEDF;

Dr. Renato Hilário dos Reis - Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – FE/UnB;

Msc. Julieta Borges Lemes - Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – FE/UnB.

Resumo: Essa conversa dialogada segue os moldes de uma entrevista aberta e semi-estruturada, em que há cinco perguntas geradoras dirigidas a todos os participantes, que puderam discorrer livremente sobre os temas subjacentes às perguntas. Nessa conversa foram abordados diversos assuntos no âmbito da Educação de Jovens e Adultos. Em um primeiro momento, fala-se predominantemente sobre os movimentos populares, a Educação de Jovens e Adultos e políticas públicas, de modo a elucidar a importância dos movimentos populares como impulsionadores e fomentadores da Educação de Jovens e Adultos e a efetivação de políticas inter-setoriais que articulem políticas sociais para a EJA. Em seguida, o diálogo passa a versar sobre formação de educadores de Jovens e Adultos, trazendo para o debate o processo formativo dos educadores, a partir dos relatos de experiências e das vivências dos participantes. Por fim, o debate passa a se centrar sobre a educação do Sistema Prisional e a Educação Profissional Integrada à EJA, trazendo a discussão em torno do desafio de viabilizar a educação para a população encarcerada do Brasil e a implementação da política de Integração Curricular entre a Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos.

Pergunta 01 – Quais são as contribuições da Educação Popular para a Educação de Jovens e Adultos?

Renato Hilário: É marcante a contribuição da Educação Popular à Educação de Jovens e Adultos. Se analisarmos a história da educação brasileira, e a história da Educação de Jovens e Adultos em particular, veremos que ela sempre foi tratada de uma forma muito marginal, como algo menor, uma mera assistência do Estado para fazer remendos nas questões de acesso e permanência do jovem e adulto. A partir da década de 1950/60, nós tivemos toda uma mobilização da sociedade civil organizada brasileira, sobretudo, em nível de movimentos sociais e organizações populares, considerando a Educação de Jovens

e Adultos como luta política. E que luta política é essa? Temos uma sociedade organizada na perspectiva capitalista, produtora de exclusões. Isso nos convida ao desenvolvimento de uma educação que contribua para a superação da situação de exclusão das pessoas. Então, a primeira grande contribuição dos movimentos populares é a de nos fazer compreender a Educação de Jovens e Adultos como uma conquista da superação de classe, que entendo a partir de duas categorias básicas: a classe do Capital e a classe do Trabalho. Trabalho, para mim – na perspectiva de Marx e Engels –, é produção social da vida. É o trabalho que constitui o ser humano, na mesma medida em que é o ser humano quem constitui o trabalho. Não podemos ter humanização sem que haja

trabalho. Assim, tendo em vista que é o trabalho que produz o capital, então ele deve ser compreendido como mais importante. Sendo mais importante que o capital, o trabalho deve ser tomado como a base de organização e funcionamento de uma sociedade, e não mais o capital. Assim, a contribuição mais relevante da educação popular é permitir viver uma educação, sobretudo uma Educação de Jovens e Adultos, que busque conquistar a hegemonia do trabalho sobre o capital. Sob esse viés, passamos a ter outra perspectiva de civilização, de humanidade e de sociedade mundial, latino-americana, brasileira e brasiliense, em que contribuimos com a educação e particularmente com a Educação de Jovens e Adultos para a melhoria da caminhada da constituição do tornar-se ser humano. →

Julieta Lemes: Esse é exatamente o objeto de pesquisa do meu doutorado: a contribuição da Educação Popular na Educação de Jovens e Adultos. Percebo que a Educação Popular vem para fortalecer e impulsionar a educação pública. Pensando na Educação de Jovens e Adultos, temos um direito que é negado há tempos. Hoje no Paranoá, estamos trabalhando com jovens, adultos e idosos de até 70 anos, que estão no 1º Segmento da EJA. Na infância desses sujeitos, década de 40 e 50, não eram oferecidas oportunidades educativas como hoje. Entretanto, esses sujeitos ainda acham que não estudaram porque não quiseram, ou por causa da necessidade de trabalhar, à época. Sabemos que não havia oportunidade para eles estudarem adequadamente. Pois, se esse jovem e adulto morava na roça, onde haveria escola para ele? Qual era a oferta de educação pública daquela época? Hoje em dia temos esse direito garantido – o que ainda não é uma garantia plena –, o acesso ainda é bastante restrito. A oferta de vagas não chega nem a quatro milhões de pessoas. Então, pensando nisso, temos ainda que caminhar muito na conquista do direito ao acesso. E, para além do acesso, devemos pensar numa dimensão qualitativa. A Educação Popular contribui para dar uma identidade à modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos. Quem está na escola pública? Eu vejo trabalhadores, como o Renato indicou em sua fala. A Educação Popular, então, vem para recheiar a identidade desses sujeitos, que já chegam massacrados na escola pelas contraditórias mazelas da sociedade capitalista, tal como Renato mencionou. Eu acredito que deveria ter uma escola pública de EJA em cada esquina “pipocando” para que todas as pessoas, inclusive as mais idosas, pudessem realmente ter essa oportunidade. Entretanto, o que vemos hoje são poucas escolas organizadas especificamente para atender ao público da EJA.

Relcy Caribé: Uma grande contribuição da Educação Popular é a forma com que acolhe, encaminha, discute, trabalha e reconhece os jovens, adultos e idosos. Temos muito a aprender com a educação popular, que poderíamos

transpor para forma de Gestão das políticas públicas para EJA.

Sttela Viana: Acho primordial reconhecermos que a Educação de Jovens e Adultos está atrelada à classe popular e que esta é uma identidade da EJA, como a Julieta sugere. Temos que partir desse ponto. Hoje, as escolas precisam estar mais direcionadas para buscar essa identidade dos diversos sujeitos, assim como a própria formação dos professores precisa se apropriar dessa concepção plural de EJA. Isso porque a EJA ainda é mal compreendida como “Supletivo”, para fins de certificação rápida. Então, é muito importante que retomemos à concepção de Educação Popular, no contexto das escolas que ofertam a EJA. Aqui no Distrito Federal, temos o Programa DF Alfabetizado, que faz todo esse trabalho de mobilização, em que os movimentos populares têm um papel fundamental em algumas localidades, como no Paranoá, em Ceilândia, em Sobradinho e em São Sebastião. Para mim, essa articulação entre Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos contribui muito para um novo olhar sobre a oferta de EJA nas escolas públicas. É notável a participação e o envolvimento dos estudantes da EJA quando o(a) professor(a)-alfabetizador(a) leva a experiência da educação popular para uma escola pública. O(A) professor(a) que tem essa visão de Educação Popular compreende a especificidade dos sujeitos da EJA e a importância do acolhimento/afetividade, que são primordiais para o processo educativo com esses sujeitos.

Renato Hilário: Assim como vocês bem apontam, também penso que se prevalecer a educação bancária inerente ao modo de produção capitalista, o jovem e adulto é facilmente levado à submissão e à alienação. Os Movimentos Populares do Brasil, então, evidenciam que é possível se fazer uma educação diferente. Foi a Educação Popular que mostrou ao Brasil, à América Latina e ao mundo que essas relações podem ser mediadas de uma maneira diferente, numa perspectiva que o nosso querido Freire (nossa maior referência em Educação de Jovens, Adultos e Idosos e um dos 100 autores mais pesquisados nos EUA) vai chamar de educação

libertadora-emancipadora. Na linha de Freire, não se pode ter educação sem participação. E não se pode ter educação sem participação daquelas pessoas que são as mais interessadas e que mais necessitam da educação, que são os jovens, os adultos e os idosos excluídos. Seguindo essa linha, a Educação Popular não é e não pode ser a da mera reivindicação, concordando com a fala da Julieta. Para explicar isso, refiro-me ao que fez o movimento popular organizado do Paranoá, em 1986, quando disse à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília: “Não queremos mera apropriação de leitura, escrita e cálculo. Isso qualquer escola tem. Nós queremos sim é produção de leitura, escrita e cálculo, e demais linguagens, como produção de um conhecimento transformador da realidade da comunidade do Paranoá”. Isso é o que muda a configuração da Educação Popular e da educação pública estatal, ou seja, passamos a ter uma dimensão participativa, em que o sujeito não só reivindica, mas influencia nas decisões. Ele participa das decisões do ato de aprendizagem, como ato de produção do conhecimento, que é transformação dele mesmo e das relações sociais nas quais se insere.

Pergunta 2 – Qual a sua compreensão acerca da relação entre o Programa DF Alfabetizado e os movimentos populares? Quais os impactos no processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos historicamente realizados pelos movimentos populares?

Julieta Lemes: Em relação ao Programa DF Alfabetizado, a Lourdes¹ do Movimento Popular do Paranoá fala algo que acredito ser muito importante: uma coisa boa do Programa é a questão da busca ativa dos estudantes. Entretanto, a minha dúvida é a seguinte: Como a gente traz para a EJA isso de forma orgânica e institucionalizada, que não dependa de ações eventuais? Por exemplo, em 2015, ficamos sem o Programa durante um ano. O Movimento Popular, na minha opinião, ficou refém dessa espera. Ora havia problemas com a Secretaria, ora ocorriam problemas com o Banco, outra vez com o Ministério da Educação, etc. Enfim, esse foi um ano em que não

houve a busca ativa. Nesse tempo, convivi com o Movimento Popular ouvindo esse problema da falta de organização das ações. Isso é muito prejudicial. Pergunto-me, como não depender do MEC para ocorrer essa busca ativa dos sujeitos? Não depender de uma liberação, mas ser algo institucionalizado na rotina da Modalidade de EJA na Rede Pública de Ensino. A busca ativa é algo tão necessário para a EJA, que precisa ser uma ação institucional da SEEDF.

Relcy Caribé: Isso enfraquece, inclusive, o Movimento Popular, que tem que ter uma independência relativa do Programa.

Julieta Lemes: Sim, ele tem que ter uma independência do Programa. Como foi firmada uma parceria, a burocracia e as mudanças políticas quebram essa relação. Isso impacta nas matrículas no 1º Segmento. A ausência de busca ativa em 2015 pode estar fechando turmas do 1º Segmento em 2016. Sabemos de argumentos de gestores que vão fechar escolas, porque não têm matrícula. No entanto, não tiveram matrícula, porque não houve a busca ativa. Os estudantes existem.

Sttela Viana: Percebemos isso nas escolas que visitamos no 2º semestre de 2015, especificamente sobre esse fato das turmas de 1º Segmento terem uma dependência do Programa DF Alfabetizado. Algumas escolas informaram que caso não houvesse oferta do Programa DF Alfabetizado – naquela escola ou próximo dela – poderia ocorrer o fechamento de turmas de 1º Segmento da EJA. Para mim, o Programa DF Alfabetizado e a EJA não podem ser vistos como concorrentes, nem dependentes entre si. Ambos têm um papel importante para a Política Pública de EJA. Eles precisam ser integrados, a fim de que os estudantes egressos do Programa sejam encaminhados para a continuidade de estudos na Rede Pública de Ensino na modalidade de EJA. Assim, não faz sentido a existência do Programa se as turmas de 1º Segmento não estiverem sendo ampliadas.

Renato Hilário: Acho que vocês colocaram coisas fundamentais, cada uma a seu modo, com relação a essa questão.

Uma coisa é política de governo, outra coisa é política de Estado. Historicamente, os movimentos populares tomaram a iniciativa da Educação Popular, porque o Estado não estava assumindo isso. Não é que a sociedade civil organizada vai substituir a sociedade política, não é isso. Não é que devemos fazer pelo Estado. Mas, acontece que eu tenho que ter uma pressão sobre o Estado em nível de influência decisória e em nível de ação direta de poder, no sentido de que o Estado – como a Julieta colocou – tenha isso como uma política pública orgânica. Ou seja, entra independentemente de governo, a coisa deve continuar: é preciso que se continue alfabetizando, e que se continue, a partir da alfabetização, entrando na 1ª etapa do 1º Segmento, depois no 2º Segmento (Anos Finais do Ensino Fundamental) e no 3º Segmento (Ensino Médio) da EJA, e assim, sucessivamente. Vejo que o DF Alfabetizado é um pretexto, no sentido de fazer com que toda a experiência acumulada de alfabetização dos movimentos sociais em Brasília e no Brasil, e as experiências dos fóruns de educação de jovens e adultos de cada um dos 27 estados brasileiros, mais o DF, tenham um impacto enorme da experiência acumulada da Educação Popular. Educação esta que remonta a Paulo Freire na década de 60, bem como, a Anísio Teixeira. E, na medida em que a Educação de Jovens e Adultos é assumida pelos movimentos sociais, eles foram ganhando “know how” e experiência acumulada. De tal modo que, hoje, isso se incorpora na própria história de pessoas que se graduaram e que estão atuando na Rede Pública de Ensino, como é o caso de vocês, Relcy e Sttela, e outros mais. Logo, nós temos pessoas que passaram pela experiência de Educação Popular e que estão no governo, que representam o Estado. Então, a marca em Brasília da Educação Popular na Educação de Jovens e Adultos de iniciativa estatal é fortíssima. No Paranoá, esse desejo de articulação entre educação popular e educação de jovens e adultos, entre movimentos populares e rede pública de ensino, já vem desde os anos 1980. O fato de se continuar o DF Alfabetizado a partir do Brasil, no DF, é uma experiência auspiciosa de continuidade de política. Junta-se a isso o fato de as pessoas que integram a Diretoria

de Educação de Jovens e Adultos – DIEJA terem continuado nesse contexto mostra que a institucionalização – que a Julieta reivindica – já está acontecendo. Ou seja, mantém-se a experiência acumulada anterior. Isso é fazer política de uma maneira diferente nesse país, porque normalmente a gestão pública do momento joga no lixo tudo o que foi feito pelo seu antecessor. O movimento popular no Brasil, na América Latina e em Brasília é uma espécie assim de garantia de que isso vai continuar existindo, com ou sem governo. Contudo, certamente na perspectiva estratégica de ser uma política de Estado, de junção da sociedade civil organizada com a sociedade política e da sociedade política com a sociedade política organizada.

Pergunta 03: A realidade no Distrito Federal ainda apresenta números significativos de pessoas não alfabetizadas. De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD/2013), realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, o índice de analfabetismo no Distrito Federal é de 1,90%, o que corresponde a 52.947 pessoas de 15 anos de idade ou mais que não sabem ler e escrever, número considerado baixo, quando comparado a outras realidades brasileiras. Entretanto, em 09 de maio de 2014 o Distrito Federal recebeu do Ministério da Educação – MEC o Selo de Território Livre do Analfabetismo². Diante desse panorama, quais análises podem ser feitas?

Sttela Viana: O Selo que o Distrito Federal recebeu em 2014 de Território Livre do Analfabetismo pode ser considerado um ato político de reconhecimento, referente ao que falamos sobre a história acumulada dos movimentos populares no Distrito Federal e no Brasil. Apesar do Programa DF Alfabetizado ter iniciado com muitas turmas em 2012, e com uma grande mobilização e participação de movimentos populares, sabemos que o programa ainda não atende toda a demanda existente por alfabetização do Distrito Federal, sendo necessária uma articulação mais integrada com a oferta de EJA nas escolas da Rede Pública.

Renato Hilário: Esse número de 52.947 de pessoas não alfabetizadas nos convida a refletir sobre o que a Julieta chamou anteriormente de política orgânica pública de educação. Pois, se eu mantenho as crianças e adolescentes abandonando a escola, elas vão alimentar as estatísticas dos jovens e adultos não escolarizados. Qual é a origem desse quantitativo de pessoas não alfabetizadas? Primeiramente, esse número abarca as pessoas que entraram na escola, mas não permaneceram nela. O que acontece com os estudantes que abandonam a escola? Até os 14 anos, na medida em que eles já foram jubilados, eles não podem continuar mais na escola, irão alimentar a estatística. Após os 15 anos, se tornam jovens e adultos da EJA. Nós também enfrentamos o problema em seu nascedouro, em sua nascente, ou seja, na escola regular de crianças e adolescentes. Se eu não tapar essa sangria, o analfabetismo vai continuar, mesmo com o Selo de Território Livre do Analfabetismo. Então, nós temos que fazer uma política pública a nível micro e a nível macro, em que a ação da sociedade civil esteja permeando a ação da sociedade política, tendo como base a experiência acumulada dos movimentos populares e da Educação Popular. Brasília hoje tem muito mais condição de fazer isso pelas pessoas que estão, inclusive, alocadas historicamente à frente da educação. Ou seja, nós temos muita gente, como eu disse antes, que passou pela experiência da graduação em várias universidades, aqui inclusive na UnB, gente que na sua graduação já teve um link, um elo, com os movimentos populares, que fez sua graduação e seu trabalho de conclusão de curso, sua dissertação de mestrado e sua tese de doutorado como experiência da Educação Popular de jovens e adultos. Hoje, mais do que nunca, precisamos de política pública sim, mas articulando sociedade civil e sociedade política, movimentos populares e rede pública de ensino.

Julieta Lemes: Entrando nessa questão do Território Livre do Analfabetismo, acho importante ressaltar que, assim como a Sttela e o Renato falaram, a criação desse Selo é realmente um ato de reconhecimento de toda a trajetória

histórica dos movimentos e do trabalho de alfabetização que acontece no DF. Acredito que isso é um ponto importante. Outro ponto: nós temos, como o Renato trouxe, crianças e adolescentes que vão para a escola, mas que desistem. E, assim, o número de analfabetos continua a crescer. Outro ponto ainda está na pergunta que precisamos nos fazer: e o nosso entorno? E os imigrantes que chegam ao DF? Quantas pessoas chegam a Brasília diariamente? Assim, parece um pouco limitado olhar o DF individualmente, nós temos que levar em consideração a totalidade do país. Temos ainda cerca de 9% da população brasileira analfabeta. Vamos falar dessa totalidade do nosso país. A nossa luta, que recebe e acolhe imigrantes do país inteiro, tem que ser permanente. Prefiro pensar em um “Selo de luta permanente contra o analfabetismo”, que designe um território de permanente luta.

Relcy Caribé: É verdade, acho que quando a Julieta fala do Selo, ela pontua uma coisa importante: é preciso haver continuidade do avanço na luta. Não podemos esquecer que essa conquista só foi possível por conta de todo o movimento que se fez até agora no Distrito Federal.

Renato Hilário: Isso mesmo! E isso merece palmas!

Relcy Caribé: Merece palmas! E que nós quatro aqui, juntamente com todo mundo que está nessa lida, tenhamos a clareza de que precisamos lutar permanentemente.

Pergunta 04: Levando em consideração experiências pessoais e referências históricas sobre formação de educadores/as de jovens e adultos, de onde surgiu a concepção de sujeito amoroso, epistemológico e político? Por que devemos falar em Situação-Problema-Desafio na Educação de Jovens e Adultos?

Sttela Viana: É importante remeter aqui à contribuição do Projeto Paranoá, projeto de alfabetização e formação em processo de alfabetizadores populares de crianças, jovens e adultos de camadas populares, uma parceria entre



Movimento Popular do Paranoá e Faculdade de Educação da UnB-FE/UnB. Essa experiência é relevante para a formação inicial de professores que atuarão na Educação de Jovens e Adultos. Em 2000, a partir dessa experiência, Renato desenvolve sua tese de Doutorado intitulada: *A Constituição do Sujeito Político, Epistemológico e Amoroso na Alfabetização de Jovens e Adultos*. Diante disso, gostaríamos que o professor Renato discorresse sobre essa trajetória que o constituiu como educador de jovens e adultos.

Renato Hilário: Primeiramente, colocaria que a dissertação de mestrado da Sttela³ – da qual tive a honra de ser orientador – é uma referência para quem queira aprofundar o assunto, pois trabalha os efeitos e as repercussões da formação nos/as pedagogos/as egressos/as da Faculdade de Educação da UnB e do Projeto Paranoá. Em segundo lugar, nós tivemos uma reunião do Projeto Paranoá, para tratar da formação inicial das educadoras e educadores dos jovens e adultos em nível de alfabetização do Paranoá e Itapoá. Nessa reunião falamos muito sobre o fato de que uma formação inicial não



pode ser só em si mesma - ela não pode durar apenas até aqueles dez dias, tem que ser uma formação organicamente continuada. Então, quando penso a formação inicial, tenho que estar pensando na formação continuada também. Ou seja, temos que pensar no curso de formação como uma alternativa, mas, sobretudo pensar em currículos que sejam ligados ao processo formador dos educadores e educadoras de jovens e adultos. Um exemplo de conquista nesse sentido ocorreu em 2003, com o parecer da Câmara de Ensino e Pesquisa do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB, que possibilitou a integração de projetos – tal como o projeto Paranoá – no próprio currículo do curso de Pedagogia da UnB. Isso está vigente até hoje. Contudo, até a consolidação dessa conquista, houve um processo histórico, do qual faço parte. A Faculdade de Educação – FE/UnB, em 1985, só tinha curso de Pedagogia voltado para educação de crianças, e ela não funcionava à noite, mas apenas no turno diurno. A Educação de Jovens e Adultos só começou a ser abordada na FE/UnB, a partir da experiência de certos mestrandos com um trabalho de alfabetização de jovens

e adultos em Ceilândia no período noturno. Esses mestrandos eram: Maria Luiza Pereira Angelim, Laura Maria Coutinho, Ana Maria Jacobino Nunes, Erasto Fortes Mendonça e eu. Já em 1986, o movimento popular do Paranoá percebe que o fato de haver muitas pessoas não alfabetizadas era um entrave ao avanço da luta popular. Dessa forma, eles tiveram a iniciativa de ir aos órgãos que cuidavam da alfabetização de jovens e adultos no DF e em nível federal. Inicialmente, essa procura pelos órgãos responsáveis não mostrou resultado e, após essas frustrações de início, eles resolveram demandar a FE/UnB. Ela ainda não tinha a perspectiva de Educação de Jovens e Adultos em seu currículo. Contudo, houve uma pessoa, chamada Marialice Pitaguary, que recebeu os jovens do movimento popular do Paranoá e o desafio deles, que era: “não queremos uma alfabetização de jovens e adultos que seja mera apropriação de leitura, escrita e cálculo, mas que seja alfabetização de jovens e adultos e que a pessoa esteja simultaneamente aprendendo a participar da melhoria das condições de vida da comunidade”. Marialice resistiu um pouco no início, pois não havia referências para esse trabalho na FE, quando foi convidada para uma reunião na “Praça do Roxo”, onde hoje é o Parque Vivencial do Paranoá. Nessa reunião ela ficou abismada ao ver a quantidade de gente - mais de 300 pessoas. Lá, ela viu a seriedade da organização, da mobilização, não só dos jovens que se fizeram presente, mas de toda a comunidade. Então, vendo que a participação da universidade era fundamental, ela aceitou o desafio, e passou a estudar a perspectiva de Paulo Freire, e de Emília Ferreiro. Para isso, ela convidou um grupo de graduandos, de várias licenciaturas da UnB, com foco maior da pedagogia, para começar a desenvolver essa formação inicial e continuada das educadoras e educadores populares do Paranoá. Hoje, se nós temos uma produção de conhecimento acumulado na FE/UnB através de trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, isso se deve, fundamentalmente, a duas experiências: a de Ceilândia - com os mestrandos a que me

referi anteriormente (e nos quais me incluo), e a experiência do Paranoá com Marialice Pitaguary. Em seguida, entre 1988 e 1989 houve um concurso na FE/UnB, no qual foram abertas as primeiras vagas especificamente para professores de Educação de Jovens e Adultos e quem ocupou essas primeiras vagas foram a professora Maria Luiza Pereira Angelim, e eu. Assim, começou dentro da FE/UnB o trabalho de dois professores efetivos devidamente compromissados com a Educação de Jovens e Adultos. Por isso, nós temos o currículo de 2003, com a previsão de inclusão de projetos, fruto da repercussão dos trabalhos em Ceilândia e no Paranoá. Dessa forma, os projetos passam a fazer parte do processo de formação do educando e da educanda, da pedagoga e do pedagogo. Mas, então, de onde vem essa concepção de sujeito amoroso, epistemológico e político? Bem, eu já vinha desenvolvendo afinidade a essa concepção desde quando fui diretor do Colégio Municipal de Contagem. Já naquela época, essa dimensão do afeto e da amorosidade estava presente em nossas vidas. Nós entendíamos que uma escola tem que ser uma escola do afeto, tem que ser uma escola da acolhida. Uma das coisas fundamentais que a gente trabalhava lá era, de fato, a acolhida ao educando e à família dele, tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio. A acolhida ao outro não era novidade do ponto de vista literário, visto que Paulo Freire já havia escrito coisas importantíssimas nessa direção, inclusive a *Pedagogia do Oprimido* e a *Extensão e Comunicação*. Então, juntamos a formulação freireana com a nossa formação familiar, pessoal e escolar. A educação humanizante humanizadora leva em conta a história do sujeito, seus conhecimentos, sua vida e seus valores. Em um primeiro momento, levei toda essa noção para a minha tese de doutorado⁴, no ano de 1996, em Campinas, cuja proposta inicial era justamente a constituição do sujeito político, do sujeito epistemológico e do sujeito amoroso. Nessa época, eu entendia que, na medida em que estou no poder, eu vou mudar a realidade brasileira como um todo. Até a defesa da tese, na Unicamp, eu adotava uma perspectiva

histórica e cultural de base marxista fundada em Paulo Freire, Vigotski e Bakhtin. Ao retornar do doutorado, já em 2000, nós criamos o Genpex: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais. Com o Genpex e a práxis do Paranoá, percebi que, diferentemente do que eu havia defendido na tese de doutorado, não é a questão do poder e do saber que fundamentam a acolhida, mas sim o ato amoroso, esse é o que fundamenta o próprio ato epistemológico e o ato político. A constituição de si mesmo como sujeito amoroso - que acolhe e é acolhido - é que passa a ser a condição primeira para que a pessoa se constitua sujeito político e epistemológico. Uma educação transformadora revolucionária passa, primeiramente, pela resignificação do afeto, pela resignificação do amor. Antes de tudo, aqui, devo lembrar que eu - como muitos da minha geração -, acreditei que nós poderíamos superar o capitalismo no Brasil. Ora, para superar o capitalismo, temos que superá-lo em várias dimensões, e não apenas na base econômica - como aprendi inicialmente. Bourdieu e Passeron⁵, por exemplo, defendendo uma reprodução determinista da ideologia capitalista via educação, e mostram ao mundo que, via educação, não se consegue nenhuma transformação da sociedade. Desse ponto de vista, não haveria qualquer possibilidade de transformação da sociedade via escola, partido, sindicato, mídia, igreja, ou qualquer outro organismo superestrutural. Já Gramsci, contrapondo-se ao partido comunista italiano e ao partido comunista soviético, defende que a revolução é também superestrutural. Ela também é uma iniciativa subjetiva individual, e pode acontecer em nível do que ele chamava de "organismos superestruturais". Exemplos desses organismos são a família, a igreja, o partido, o sindicato, os movimentos sociais, as organizações populares e a mídia. A superestrutura pode influenciar a estrutura, e vice-versa. Assim, Gramsci atribui um caráter dialético à infra e à superestrutura. Através dele é que nós pudemos perceber que se a educação por si só não faz a transformação da sociedade, sem a educação tampouco haverá

transformações. E a educação aqui tomada nessa perspectiva acolhedora. Pois, fato é que afeto e amor não estão na base do capitalismo. Na base do capitalismo está o quê? A individualização, a individualidade, o "cada um por si". O que aprendemos no capitalismo não é afeto ou acolhida mútua. O que aprendemos é a pisar na cabeça dos outros. O capitalismo coloca para nós a necessidade de competição desenfreada, na mão inversa do que a gente está falando aqui. Então, a nível micro - através da relação entre movimento popular e UnB -, nós conseguimos perceber que a dimensão da amorosidade e do afeto é uma condição para que haja sujeitos que produzam saber e que exerçam poder. Isso porque, na medida em que é a amorosidade que ilumina a dimensão do saber e do poder, a produção do conhecimento e o exercício do poder passarão a ser no interesse da classe excluída e não apenas na exclusividade dos interesses individuais, que é a lógica de funcionamento do capitalismo.

Relcy Caribé: Minha percepção quando você fala é que a Universidade de Brasília, especialmente a Faculdade de Educação, por conta de todo esse processo histórico que você relatou belamente para a gente aqui, contribui bastante com seus próprios estudantes na graduação, no mestrado e no doutorado. O grande êxito da universidade é o de conseguir qualificar bem o que eles estão aprendendo, enquanto sujeitos que serão professores no futuro, seja de educação de jovens e adultos, seja de crianças e adolescentes. Podemos constatar que há avanços! Só em sua fala já vemos que houve um progresso grande, por conta até mesmo do fortalecimento desse grupo. Toda a história que você conta serve como uma resposta de que a amorosidade caminhou muito, e vem avançando grandemente.

Renato Hilário: A universidade é um espaço de transformações. E ela aprende a fazer transformações na medida em que mantém diálogo aberto com os movimentos populares, e os movimentos populares com ela.

Relcy Caribé: Você e o grupo que trabalham para manter vivo esse diálogo. São vocês que mantêm isso vivo dentro da universidade.

Renato Hilário: Eu já estou me aposentando institucionalmente, mas não da vida. A professora Clarisse Vieira, nossa substituta na coordenação do Genpex, dará sequência aos trabalhos. Ela está comigo há quase 20 anos, sendo co-fundadora do Genpex. Haverá, então, uma continuidade processual.

Relcy Caribé: O que só fortalece todo o histórico que você acabou de colocar.

Renato Hilário: Justamente.

Relcy Caribé: O movimento da luta, da historicidade, de conseguir manter seguindo permanentemente...

Julieta Lemes: Eu só queria acrescentar que a gente não tem uma visão da universidade como algo homogêneo. Aqui dentro temos muitas universidades. Quando a gente chega às escolas, principalmente nas escolas públicas, o olhar que eles têm para nós é como se a gente fosse aquela universidade que chega à escola somente para fazer o diagnóstico dos problemas e ir embora. Durante esses 15 anos de aprendizado que tenho ao lado do Renato e da Sttela, fomos nos dando conta de que a nossa perspectiva é outra. Nossa perspectiva é a de colaboração. Nós não vamos à escola apenas para diagnosticar problemas. Até podemos diagnosticar, porém nosso objetivo central é o de contribuir para superar os desafios, resolver os problemas. Renato construiu uma metodologia chamada: inserção contributiva, participativa, transformativa e mútua. Então, o que nós queremos? Nós queremos fazer uma inserção na comunidade escolar, queremos contribuir, participar das atividades da escola, tomar parte buscando a transformação e a superação; tudo isso sempre construindo mutuamente, em uma relação dialógica.

Sttela Viana: Também queria relatar um pouco dessa vivência. Para mim, ter participado dessa experiência que o Renato traz e dessa metodologia foi uma

aprendizagem muito significativa, no sentido de até então nunca ter vivenciado uma integração entre a dimensão afetiva, política e epistemológica em espaços escolares. Com isso, há uma totalidade e uma organicidade na formação, e o mais interessante é que esse movimento é construído coletivamente na diversidade – por estudantes, alfabetizadores, alfabetizando da UnB, movimento popular, etc.. Ao finalizar esse processo, pretendemos continuar com essa perspectiva em outros espaços. Normalmente, o saber, o poder e o amor são desligados e fragmentados do fazer, ou seja, ainda há essa dicotomia entre teoria e prática na maioria dos espaços. O desafio é, e então, o de integrar teoria e prática.

Renato Hilário: O resultado de todo esse processo ocorrido ao longo desses 30 anos está hoje registrado em um livro, chamado *“A constituição do ser humano: amor, poder, saber na alfabetização da educação de jovens e adultos”*, publicado em 2011. Essa obra foi fruto dessa decantação, dessa sedimentação, dessa convivência, dessa co-vivência, entre universidade, sociedade civil organizada do Paranoá e movimento popular. Depois de muitas idas e vindas, nós descobrimos que para haver aprendizado em meio a uma atuação efetiva de melhoria na comunidade teria que se partir de um problema da própria comunidade. Aqui, a situação-problema-desafio começa emergir. Ou seja, partiremos de um problema que estamos enfrentando na comunidade, na família, na nossa rua, na nossa casa, no conjunto da quadra, ou no conjunto da cidade – hoje chamada de Região Administrativa. O próprio processo de educação já começa com o debate entre os estudantes em sala de aula, acerca dos problemas que eles estão enfrentando. Através de um levantamento desses problemas, eles mesmos estabelecem possíveis determinações e também as possíveis iniciativas de superação do problema, tudo como parte do seu processo alfabetizador. Em resumo, eles identificam, fazem a diagnose, estabelecem a relação do motivo pelo qual acontece a coisa, estabelecem um conjunto de alternativas de superação e, sob a coordenação do movimento popular, eles desenvolvem o exercício da superação do problema.

Relcy Caribé: Há todo um processo construtivo em que o próprio sujeito se apropria das ferramentas necessárias para que ele consiga superar coletivamente as questões que emergem. Isso é bem sócio-histórico, tanto que você até citou Vygotski, Bakhtin e Paulo Freire em sua fala. Acho que todo esse processo está bem enraizado no que esses autores preconizam sobre o histórico e o cultural.

Renato Hilário: Como é que eles vão desenvolver essa superação? Com amor! Acolhendo mutuamente os outros, as diferenças e os diferentes. Produzindo saber e exercendo o poder, no interesse dos moradores.

Relcy Caribé: Isso caracteriza um empoderamento social, vital, existencial, que vai além da mera reivindicação, adentrando o mundo da ação pensada coletivamente que é constitutiva do sujeito transformador. Estou aprendendo muitas coisas com este diálogo! E estou confirmando muitas coisas que eu já li sobre você, Renato, e o seu trabalho.

Julieta Lemes: No Genpex vivenciamos a relação entre teoria e prática. A situação-problema-desafio, por exemplo, a gente vive na sala de aula da UnB/Projeto Paranoá toda quinta-feira. Nós vamos até as comunidades e, depois, voltamos para as aulas na UnB para realizarmos uma avaliação/reavaliação da práxis. Isso é o que nos faz retornar às escolas imbuídos dessa vontade de contribuir e de transformar. Esse caminho parece simples, mas não é. O que nós sonhamos é que esse acompanhamento continue na formação continuada. Essa universidade teórica, distante da realidade, não é a nossa. Nós buscamos ser uma universidade que quer “construir com”. Claro, nós temos um olhar, e a escola tem outro. É a partir dessa dialogia que queremos contribuir com a escola. As nossas pesquisas buscam – claro, não é sempre que a gente consegue – contribuir, mesmo que seja com algo bem pequeno, no processo transformativo da escola. Isso é um grande avanço, somos poucos na universidade, já temos uma trajetória, mas eu acho que, para quem passa por esse processo formativo, não consegue chegar numa escola e ficar

diagnosticando problemas e indo embora. O que almejamos é esse engajamento conjunto com a comunidade no processo de superação dos problemas.

Relcy Caribé: Eu complementaria dizendo que, quando a universidade vai para a escola, ela realmente não tem que levar a teoria. Porém, ela também é fomentadora de arcabouços teóricos aos professores, que de alguma maneira devem fazer escolhas de bases conceituais com que se identifiquem. Penso que a universidade quando chega na escola com esse olhar diferenciado favorece e impulsiona que o professor busque um caminho de auto formação próprio. Para mim, isso é um grande pontapé, no sentido de darmos uma grande colaboração para a formação dos professores e professoras que estão nas escolas públicas.

Julieta Lemes: Isso é uma parceria, uma relação dialógica, e não é uma relação de superioridade e de inferioridade. Nossa proposta é essa, da horizontalidade na relação com a escola.

Relcy Caribé: Essa proposta que você se refere é justamente a proposta amorosa-afetiva, que engloba todo mundo que está na rede. A ideia é que a gente conseguisse que as pessoas pudessem ter essa percepção da totalidade.

Sttela Viana: Sobre essa necessidade da formação continuada na área de EJA, acho que é interessante e desafiador a proposição de um curso em que os professores tenham interesse e desejem fazer, não apenas pelo certificado. Para que isso seja possível, é preciso partir do pressuposto de conversar com os/as professores/as e ouvir o que eles querem e quais são os problemas que enfrentam no dia a dia. Precisamos encontrar junto aos/as professores/as as situações-problemas-desafios deles/as em sua atuação. Temos que pensar em cursos que realmente possam ir até a escola e enxergar o que ele está vivendo e seus desafios em sala de aula.

Renato Hilário: É importante que quem estiver nos lendo agora entenda que, quando falamos de tudo isso, falamos não como idealização da realidade. Nós temos uma consciência de que

somos como diz o Freire: “inacabados buscando o acabamento; incompletos buscando a completude, e imperfeitos buscando a perfeição”. A construção da vida na terra se dá histórico-culturalmente, na perspectiva desse confronto de classes (entre trabalho e capital). Isso é a marca da nossa humanidade, do nosso tornar-se seres humanos. Enxergando as lacunas de cada pessoa, como ente natural que é, podemos nos abrir para aceitar o diferente e a diferença. Isso porque logo nos damos conta que o diferente e a diferença que está em nós podem estar no outro, ou a do outro também pode estar em nós. Assim, a dimensão da acolhida mútua entre as pessoas naturalmente é algo que ajuda muito.

Pergunta 05: Levando em consideração a concepção de um sujeito amoroso, político e epistemológico na Educação e o fato de que vemos um impedimento de qualquer proximidade entre estudantes e professores nos núcleos de ensino do sistema prisional do DF, como pode ser compreendida a Educação de Jovens e Adultos em ambientes de restrição ou privação de liberdade?

Relcy Caribé: Apesar de aparentar não ter nenhuma relação presencial entre professor-estudante no sistema prisional, os discentes lá também estudam numa sala – como esta aqui –, porém, com a presença de um policial na porta e com grades nos acessos à sala. O professor também fica dentro de sala, mas não há proximidade, nem uma relação afetiva... Assim, não há relação afetiva no sentido como a gente percebe isso normalmente; não é como se fosse um espaço escolar de uma instituição regular da rede. Apesar disso, o professor se envolve de alguma forma com o estudante, porque é impossível uma professora ou um professor não ter um envolvimento em meio à relação educacional. Mas, focando na pergunta que elaboramos, como é que vocês entendem isso? Acham possível construir uma educação, no sistema prisional, mais amorosa e afetiva?

Renato Hilário: Acho que em qualquer contato humano há sempre a

abertura para ser caloroso e dialógico. Nisso incluo a utilização não só do presencial, mas também do virtual. Minha maneira de ser, meu olhar, meu falar, a maneira como eu abordo as coisas, isso faz diferença. Mesmo que não haja possibilidade do abraço não verbal. Nós sabemos que a maioria das licenciaturas e dos cursos de formação de professores não contemplam essas três dimensões – do sujeito amoroso-político-epistemológico. Todo mundo acha que o papel da universidade e de uma instituição escolar, incluindo uma escola de sistema prisional, é o de transmitir conhecimento. E essa transmissão do conhecimento facilmente se caracteriza como educação bancária, não fazendo avançar essas pessoas. A relação nesse tipo de educação é a da chamada neutralidade, a qual se prega o distanciamento do objeto como uma condição da pesquisa e da produção do conhecimento. Se eu incorporo isso no meu trabalho, eu não vou conseguir ter proximidade nenhuma com os educandos e educandas. Se a minha formação não me desenvolver a proximidade verbal e não verbal entre educador e educando, nós da UnB, da Eape e do movimento popular na formação continuada temos que contemplar isso, por fim, acho que se há um pessoal que precisa ainda mais da dimensão da acolhida é justamente o pessoal que está encarcerado.

Relcy Caribé: Nós possuímos hoje, no Brasil, a 5ª maior população carcerária do país. Isso, segundo a Profª Dra. Ludmila Gaudad⁶, é reforçado pelo fato de que o continua a se criar, em um senso comum, a figura de criminoso, violento, ardiloso e irrecuperável, o que acaba por reforçar o modelo de prisão baseado na tríade: vigilância, disciplina e distanciamento.

Renato Hilário: Isso me lembra Foucault. Deixa-me colocar uma experiência aqui. Quando falo sobre o político, as pessoas torcem o nariz, muitas vezes porque colocam o político como politicagem, não tomando como a visão do exercício do poder. Quando falo a respeito da questão do amoroso, aí todo mundo acha que estou falando de um plano não científico e, sobretudo, de algo que não é compatível com uma universidade em que se forma professores

e professoras. Eu percebi isso na minha defesa de doutorado. Uma das observações de um dos membros da banca foi essa, de que o que eu falava não era científico. Porém, minha tese foi mantida, nós não recuamos.

Relcy Caribé: Sim. Que bom!

Renato Hilário: E aí vem a questão da exclusão do encarcerado. Não qualquer exclusão, mas ele está na ponta da exclusão da exclusão.

Relcy Caribé: É verdade. São os excluídos dos excluídos dos excluídos!

Renato Hilário: Nós temos a experiência aqui de trabalhar com unidade de semi-liberdade, uma das frentes do Genpex. O espaço funciona na Unidade de semi-liberdade de Taguatinga Sul. O que a gente observa com essa experiência? A primeira pessoa que se coloca distante, porque incorpora essa significação da exclusão, é o próprio adolescente e jovem. Ou seja, eu poderia chamá-lo de prisioneiro. O prisioneiro é aquele que incorpora isso. Porque ele foi constituído assim. Então, para que essa pessoa dispare o seu processo de resignificação constitutiva, isso tem que ser quebrado e superado.

Relcy Caribé: Com certeza.

Renato Hilário: Temos que quebrar essa significação dentro da própria pessoa. Isso implica na postura e na atitude minha como professor. Por exemplo, cada um na vida teve um professor que fez diferença. E teve aqueles professores que só nos deram dor de cabeça. Então, eu na posição de professor do sistema prisional, devo pensar: qual perfil eu vou desenvolver? De tal maneira que haja um “dessilenciamento”, um “destramamento”, daquela pessoa, para que ela se sinta co-participante do seu ato de aprendizagem e desenvolvimento humano. E podemos fazer isso. Podemos dirigir a educação de modo que não fiquemos mais na educação bancária, mas que alcancemos uma educação problematizadora, transformadora, emancipadora e libertadora. Isso porque a libertação dele se dará com a libertação do seu silêncio, com a superação

do seu silêncio. Às vezes, inclusive, há prisioneiros que realizam isso através da expressão artística.

Relcy Caribé: É verdade. No sistema prisional descobre-se muitos talentos a partir dos projetos pedagógicos, culturais e artísticos que os sujeitos em privação de liberdade desenvolvem.

Renato Hilário: Esses valores que eles trazem e que nós damos visibilidade por meio da produção de conhecimento em conjunto vai, inclusive, mudando essa realidade. O fato de ter sido preso não necessariamente deve servir para enquadrar alguém como ladrão, homicida, assassino e que merece estar morto.

Relcy Caribé: A gente escuta muito esta expressão: “bandido bom é bandido morto”. O que já diz sobre o que se espera, no senso comum, da relação com o encarcerado.

Renato Hilário: Então, é com essa visão que a escola acaba ficando. Pois, as pessoas escolarizadas, que passaram por uma universidade, constantemente falam disso; a gente ouve quase todo dia algo semelhante na televisão e nas mídias.

Relcy Caribé: Uma das ações que tem sido articulada com a Eape é a oferta de cursos para os professores que atuam no Sistema Prisional.

Renato Hilário: Olha bem, ai entra como eu compreendo o próprio ser humano. Aquele indivíduo encarcerado é um ser que acaba carimbado pela sociedade como ontologicamente assassino, homicida e ladrão. Ou seja, a cada erro cometido não haveria espaço de perdão para ele. Para que eu possa transmitir a forma como enxergo o outro, devo mudar a minha dimensão subjetiva. Será justamente na relação não verbal que se perceberá a forma como eu enxergo o outro, que, no caso, está em situação de prisão. Se, por exemplo, eu for da bancada da bala, eu chegarei lá como professor e me limitarei a transmitir conhecimento, separado por uma grade. Mas, nessa situação, a grade não estará apenas diante da pessoa, a grade estará no seu coração, no modo como você

significa aquela pessoa. É por isso que, antes de tudo, temos que tirar a grade que está em nossos corações.

Julieta Lemes: Queria fazer aqui um depoimento: o Renato tem uma disciplina aqui na universidade onde nós fazemos a reflexão da atuação dos pedagogos nas diversas áreas, e eu tive oportunidade de estar no dia em que o tema foi o sistema prisional. Pois bem, um dia chamamos uma colega da rede pública muito engajada com a questão do sistema prisional para participar. Nesse dia, ela pontuou o seguinte: as pessoas no sistema prisional estão adoecidas, tanto quanto as relações educativas. A relação educativa que se tem entre uma grade acaba adoecendo ambos os lados. E percebi na turma como um todo que isso foi muito chocante. Precisamos fortalecer a formação do professor para que tenha condições de encarar e atender a essa realidade, inclusive na Faculdade de Educação.

Renato Hilário: Em que podemos caminhar mais? Essa é a questão que a Faculdade de Educação e as licenciaturas da UnB precisam articular para que essa questão do sistema prisional seja tratada não só com a mediação de professores que vão até lá, mas que seja tratada com a possibilidade de se trazer a pessoa em situação de prisão aqui, na universidade. Nós sabemos que há encarcerados que têm plena condição de estar aqui co-participando conosco do processo de formação das/os futuras/os pedagogas/os e licenciadas/os.

Relcy Caribé: A gente tem que lutar para que isso aconteça.

Renato Hilário: Se o diretor da penitenciária quiser, e ele sabendo do comportamento que têm as pessoas ali encarceradas, ele poderia liberar. Não é? É claro que eu sei que é complexo, porque todo mundo, ao pensar que um preso vem na UnB, logo faz a pergunta: e a segurança? Para isso há aquele aparato policial padrão para acompanhar a pessoa. Eu vi isso, inclusive, numa reunião em que fui, lá no sindicato dos bancários, em que tiveram pessoas em situação de prisão. Lá, inclusive, houve um momento para eles reencontrarem

com seus familiares. A pessoa vai de algema e fica atrás do palco, até o momento de ele dar o depoimento na frente; só então se tira a algema dele. Quando ele termina seu depoimento, ele volta e colocam a algema de novo. Eu achei isso um absurdo.

Relcy Caribé: Também acho... É pesado demais.

Renato Hilário: Mesmo o homicida, o psicopata mais louco, não sei se mereceria isso. Agora, se tem que fazer a segurança, porque não colocam alguém a paisana? Não é assim que fazem a segurança de presidentes da república, governadores de estado e prefeitos municipais? Não é? Se fosse assim, eles não iam querer vir só à UnB, mas iam desejar frequentar todo o sistema educativo do DF. O pessoal do ensino médio e do ensino fundamental deveria ter contato com eles, para ouvirem a voz do encarcerado. Mas a voz deles não aparece na mídia, não aparece no jornal, não aparece na revista, não aparece em um artigo.

Relcy Caribé: Só mesmo quando acontece algo como ocorreu recentemente na Papuda, quando alguns fugiram. Ai a mídia dá notícia. Bem, gostaria de trazer à tona algo importantíssimo. Hoje, no DF, temos uma organização do Sistema Prisional em que os estudantes ficam vinculados pedagogicamente às escolas da Rede Pública de Ensino, em seis núcleos, distribuídos por algumas cidades do DF. Contudo, a partir desse ano – mais especificamente a partir de hoje⁷ – a Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional passa a ter uma escola própria. Isso significa a institucionalização do sistema prisional. A partir de agora, faremos um acompanhamento melhor e mais próximo do trabalho pedagógico. O sistema prisional atualmente é gerenciado pela Secretaria de Educação em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública. O principal avanço com essa institucionalização será o fato de que conseguiremos que essa população tenha acesso às políticas públicas do Estado. Agora, teremos um código do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP e um CNPJ próprios, o que irá facilitar

o acesso a livros, a programas e a formações de pessoas. Demoramos muito para conseguir avançar nesse processo, pois o Distrito Federal foi o último Estado da federação a institucionalizar o sistema prisional. Se a gente conseguisse instaurar hoje – a partir da institucionalização da educação no Sistema Prisional – uma formação mais específica e concreta para os professores, isso possibilitaria discutir com mais propriedade o que perguntamos aqui: como é que a gente faz para instaurarmos uma relação mais amorosa e fraterna com esses sujeitos? Quando a gente começa a ter movimentos desse tipo na sociedade, de levar para a universidade, de ouvirmos depoimentos, de a universidade ir para o sistema prisional, começamos a criar um novo pensamento sobre o que é a educação no sistema prisional. Assim, ressignificamos e superamos preconceitos e pressuposições vigentes, que estão cristalizadas e que são muito difíceis de conseguir romper, por conta também de todo o histórico e da forma como a gestão conduz o sistema prisional no Brasil.

Renato Hilário: Sempre falo que quando os intelectuais franceses – intelectuais sendo aqueles que trabalham somente com os conceitos, não os que imbricam teoria e prática – se reuniam no quarto de Saint Germain de Prés, ficavam lá apenas bebendo e discutindo a revolução no mundo. Foucault, diferentemente, visitou as prisões quando ninguém queria trabalhar em prisão, visitou os hospitais psiquiátricos quando – naquela época, década de 1930 e 1940 – ninguém queria ir aos hospícios. Dentro do preconceito da sociedade vigente, esse público – dos presos e dos chamados doidos ou malucos – é um pessoal que não tem jeito. Assim, o maluco deveria apenas rastejar de forma vegetativa, ter comida e sobreviver, porque não teria mais jeito de ser recuperado. Essa era a forma com que eram tratados. Um dos valores da obra de Foucault pra mim é esse, a de ter essa iniciativa subjetiva e individual, mesmo que tivesse que brigar com o partido comunista francês, que tinha uma visão distorcida do marxismo. Na perspectiva desse partido, que era alinhada à visão de Moscou, com um marxismo soviético

stalinista, conjectura-se uma coisa impossível pra Marx e Engels: o congelamento da dialética em uma lógica formal. Na lógica formal, a coisa ou é ou não é. Na nossa visão dialética, a coisa é e não é ao mesmo tempo. Ou seja, uma pessoa pode ter sido homicida, mas isso não o torna ontologicamente um homicida. Enfim, cada professor que está sendo formado hoje como pedagogo, como licenciado, deveria vivenciar isso.

Relcy Caribé: É. O fato de alguém ser condenado, de estar com uma condenação de um homicídio, por exemplo, ou qualquer outra condenação, não quer dizer que essa pessoa seja isso. Essa condenação é uma parte histórica da pessoa, mas que pode ser desconstruída.

Renato Hilário: É um carimbo que alguém bateu nele. E essa é a palavra: desconstrução.

Relcy Caribé: Gostaria aqui de trazer uma temática na nossa conversa, que é tão importante quanto às demais para pensarmos políticas públicas para jovens, adultos e idosos: a EJA Integrada à Educação Profissional. As *Orientações Pedagógicas da Integração da Educação Profissional com Ensino Médio e EJA* têm como perspectiva reduzir a distância entre as atividades escolares, o trabalho e demais práticas sociais. A integração curricular da EJA com a Educação Profissional tem por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências necessárias ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, socio-históricos e culturais. Atualmente, a política da SEEDF tem como uma de suas metas prioritárias a expansão da oferta da Integração Curricular da Educação Profissional. Na Diretoria de Jovens e Adultos - DIEJA temos uma gerência que cuida exclusivamente da construção de políticas de integração curricular. Queria, então, levantar aqui algumas questões para pensarmos, que são: **de que forma a integração curricular da EJA com a Educação Profissional poderá impactar a realidade dos estudantes da EJA? Como é que vocês veem isso? Ademais, a universidade tem uma avaliação da**

oferta educação profissional integrada à EJA? Esse novo tipo de oferta, pode influenciar no currículo de formação dos universitários, futuros profissionais da educação de jovens e adultos?

Julieta Lemes: Aproveito, então, para falar da minha trajetória com a educação profissional. Desde 2005, com o programa PROEJA, trabalho no Ministério da Educação – MEC. Aqui não estou falando pelo ministério, pois estou afastada desde 2015, para cursar o doutorado. Essa trajetória me oportunizou um contato com a área de educação profissional, junto aos Institutos Federais, que, em 2005, ainda não estavam consolidados como Institutos e não havia nenhum em Brasília. Quando cheguei ao MEC, acompanhei a discussão do grupo que discutia a integração da EJA com a Educação Profissional. Naquele momento, percebi que a integração vinha pautada na perspectiva progressista da educação. Como a gente está falando aqui, uma educação emancipadora, com raízes na educação popular, e centrada no processo de escuta do jovem/adulto trabalhador. Naquele momento, a educação profissional defendida vinha ao encontro desse público, que – assim como a educação popular – tinha como fundamento a escuta da experiência e da história de vida do sujeito. Essa educação profissional dialogava com a educação popular. Infelizmente, esse caminho mudou, e hoje vivemos um momento de defesa de uma educação profissional mais tecnicista, preocupada apenas com a formação instrumental para o mercado de empregos. Mas, a gente precisa pensar em qual natureza de educação profissional dialoga melhor com o sujeito trabalhador da EJA. Vejo que o DF avançou muito do ponto de vista da institucionalização desse processo. Hoje, temos as diretrizes operacionais da EJA, que já reconhecem a EJA integrada ao FIC⁸, a EJA integrada ao técnico. Pensando essa produção que hoje o DF já tem, vemos um itinerário formativo bem estabelecido, que começa no 1º segmento, dá continuidade no 2º e tem a culminância no 3º segmento, já indicando, inclusive, o caminho até a universidade. Preocupome quando vejo que querem começar lá no 3º segmento, porque nós precisamos

trazer essa perspectiva de continuidade para EJA, desde o 1º até o 3º segmento. Acredito que essa continuidade pode contribuir para a permanência desse sujeito no processo formativo, evitando que ele desista. Percebo que no DF o movimento está indo na direção da juventude e do ensino médio. Eu sei disso porque já foi colocado em algumas reuniões em que estive. A gente está com projeto de informática no Paranoá e é fantástico poder ver um senhor de 70 anos comprando seu computador pela primeira vez. Não é um curso técnico, não estamos certificando, é apenas uma atividade no laboratório de informática. Mas, perceber que, aos 70 anos, um senhor está comprando um computador e está se descobrindo naquele processo, é fantástico. Não é que a educação profissional vai resolver o problema, não a vejo como única resposta. Acho que temos muitos problemas, mas vejo que essa perspectiva dá mais sentido para o público, inclusive que é trabalhador. Em relação à Universidade, acredito que ela ainda esteja se apropriando desse processo. A formação para fazer integração curricular ainda é muito nova, os professores não têm essa demanda, e isso requer esforço coletivo, juntamente com discussões semanais. No 1º segmento, por exemplo, temos esse desafio, não conseguimos ter uma reunião coletiva. Como vamos fazer integração sem conversar? Isso inviabiliza a construção de um

currículo integrado. Enfim, a Educação Profissional é um grande chamariz e pode contribuir bastante para a permanência dos estudantes.

Relcy Caribé: Julieta, com a criação de uma gerência dentro da organização que temos na DIEJA - que é a gerência responsável pela EJA Integrada a Educação Profissional – fica mais favorável um diálogo aberto e que inclua os 1º e 2º segmentos.

Renato Hilário: Quero reiterar a importância do que Julieta colocou sobre as conquistas recentes, em nível da SEE-DF, quanto às Diretrizes Operacionais e à articulação da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos e ensino médio. Também destaco as Diretrizes Operacionais da educação de jovens e adultos. Tudo isso é uma conquista muito significativa, e a equipe toda está de parabéns! Agora, há uma questão em meio ao que Julieta trouxe, e a gente tem que levar em conta. Às vezes se faz e se entende uma educação profissional que fica meio idealizada. Não tem que ser assim! Temos que abrir cursos de formação profissional e não mera formação de mão de obra. Tem gente que acha que só formar a mão de obra já é suficiente. Eu não acho isso. Formar a mão de obra é uma necessidade, mas só formar a mão de obra numa linha de submissão à lógica da

perspectiva da organização do modo de produção capitalista é pouco para nós.

Sttela Viana: Essa concepção de Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos ainda precisa ser discutida e ser levada para o coletivo das nossas escolas de EJA. Assim, poderemos tentar avançar no sentido de que as escolas comecem a fazer a adesão a esse formato de EJA que contribui para uma formação significativa dos jovens, adultos e idosos, que já são sujeitos trabalhadores ou que estão buscando se qualificar e se aperfeiçoar pessoal e profissionalmente.

Relcy Caribé: Com isso, Sttela, saímos dessa perspectiva que o professor Renato coloca, da mera formação da mão de obra. Finalizamos, agora, a nossa conversa dialogada, agradecendo imensamente a disponibilidade de vocês para participar desse momento, que para nós é histórico. A contribuição de vocês foi riquíssima e muito importante. Aprendemos muito nessa conversa, e foi muito significativo esse espaço de diálogo com temáticas fundamentais para a Educação de Jovens e Adultos hoje no Brasil. Entendemos que essa edição especial sobre EJA fomentará estudos e reflexões dos interlocutores, especialmente dos profissionais da educação que atuam na EJA, nos Movimentos Populares e nas Universidades. ■

NOTAS

- 1 Maria de Lourdes Pereira dos Santos – participante do movimento popular do Paranoá, integrante do Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (CEDEP) e professora da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.
- 2 Segundo o Art. 11, do Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007, da Presidência da República: “*Fica instituído o Selo de Município Livre do Analfabetismo, que será conferido pelo MEC aos municípios que atingirem mais de 96% (noventa e seis por cento) de alfabetização, com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE.*” Nesse sentido, o Distrito Federal é a única unidade da federação que alcançou o direito a receber o *Selo de Território Livre do Analfabetismo*: alcançou 96,5% de índice de alfabetização, segundo o IBGE e alcançou 97,9% de índice de alfabetização, segundo a CODEPLAN.
- 3 VIANA, Sttela Pimenta. As significações e repercussões do percurso formativo de pedagogos(as) egressos(as) do Projeto Paranoá em suas trajetórias profissionais na Educação de Jovens e Adultos. Universidade de Brasília – Faculdade de Educação, 2012.
- 4 REIS, Renato Hilário: A constituição do sujeito político, epistemológico e amoroso na alfabetização de jovens e adultos. Doutorado em Educação de Jovens e Adultos. Unicamp-SP. 2000
- 5 Livro: “A reprodução”, publicado em português em 1970.
- 6 GAUDAD, Ludmila. Mulas, olheiras, chefes & outros tipos: heterogeneidade nas dinâmicas de inserção e permanência das mulheres no tráfico de drogas em Brasília-DF e na Cidade do México. Tese de Doutorado. Doutorado em Sociologia: UnB: Brasília, 2015.
- 7 Dia 22/02/2016, dia da aula inaugural do sistema prisional.
- 8 FIC: Curso de Formação Inicial e Continuada integrada à EJA.